

Contratos de dinamização cultural

31. Apoios Financeiros - Contratos de dinamização cultural.

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga. Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos:

- a)** Organização Internacional Nova Acrópole de Portugal, no valor de 4 000,00€;
- b)** Associação Plataforma do Pandemónio - Coletivo de Criação Artística, no valor de 21 000,00€.

Nº Informação: 86165

Data: 30/08/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Organização Internacional Nova Acrópole de Portugal

A **Organização Internacional Nova Acrópole de Portugal**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 260/2017 ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 260/2017, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/46457/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma entidade que prossegue fins conforme o estabelecido no artigo 3 dos seus estatutos, designadamente, o desenvolvimento de atividades de carácter artístico e cultural através de cursos, seminários, conferências e edições de publicações sobre filosofia, arte, história, religião, relações humanas, desenvolvimento pessoal e cidadania, tendo em vista a educação para o desenvolvimento, assim como, o desenvolvimento de ações de voluntariado no campo da solidariedade social, ajuda humanitária, cultura e ecologia, e a colaboração com entidades congéneres nacionais e estrangeiras tendo em vista a cooperação internacional no campo da Educação, Formação, Cidadania e Cultura. A delegação de Braga tem uma atividade regular e de intervenção no panorama cultural e artístico bracarense, através da organização de iniciativas que aportam um importante contributo para a dinamização e desenvolvimento cultural local, bem como no incremento da participação cívica. O seu projeto cultural assume especial relevância ao nível do fomento da criatividade, da inovação e do espírito de iniciativa, através do desenvolvimento e realização de atividades que introduzem novas dinâmicas e que potenciam o envolvimento da comunidade reforçando assim o sentimento de pertença. Na prossecução da sua ação proporcionam ainda uma relação entre a cultura e a cidade, assentando numa lógica de promoção e divulgação da História e do Património Cultural local, na sua vertente material e imaterial, que se concretiza na realização de atividades diferenciadoras, que permitem uma efetiva mediação cultural, a par de uma sensibilização dos públicos para estas temáticas. Esta entidade desenvolve ainda, importantes parcerias para a realização de iniciativas centradas na Filosofia junto de várias organizações sociais, culturais e educativas da cidade, com o objetivo de incitar à reflexão e ao conhecimento, permitindo uma troca de experiências e execução de projetos conducentes a ações culturais conjuntas fundamentais no desenvolvimento local e em termos de coesão social.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **4.000,00 euros** com a Organização Internacional Nova Acrópole de Portugal (Delegação de Braga), pessoa coletiva n.º 500 983 194, com sede na Estrada Via Falperra, S/N, 4715-390 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 71969

Data: 17/07/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Associação Plataforma do Pandemónio - Colectivo de Criação Artística

A **Associação Plataforma do Pandemónio - Colectivo de Criação Artística**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 383/2021, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 383/2021, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/46982/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente, dos projetos específicos “MIA – Mercados Incríveis de Arte”, “INDIEGESTO”, “PAÍS DE ABRIL”, “NÉBULA – Estúdio de criação comunitária e experimentação artística” e “PULSAR – uma Incubadora”, acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

“v. Parcerias de produção e intercâmbio”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma entidade fundada em 2020 e tem por objeto a criação artística independente, a dinamização, promoção e divulgação de diferentes projetos artísticos com particular enfoque no cruzamento disciplinar, a expansão de novos artistas e criadores, a dinamização de uma educação artística multifacetada e inovadora, a criação e fomento de novos públicos e o desenvolvimento da cultura e das artes na região. Neste sentido, procura desempenhar um papel de agente promotor, motivador, dinamizador e integrador dos diversos agentes das artes e das culturas, assumindo-se como uma comunidade artística e cultural alinhada na prossecução de objetivos como a dinamização de uma programação regular, articulação em rede entre artistas e estruturas análogas, incremento da mediação cultural, impulsionamento de artistas emergentes e a criação artística multidisciplinar, inovadora e como instrumento de intervenção. De referir que o seu projeto assenta globalmente em três eixos de atuação e de intervenção, nomeadamente na programação cultural, mediação e formação artística e criação artística multidisciplinar. De salientar que apresenta um projeto cultural diferenciador no território, permitindo o fomento de novas dinâmicas culturais bem como, a promoção da diversificação das áreas de intervenção artística e cultural. De ressaltar a prossecução de trabalhos colaborativos e de promoção de projetos diferenciados que se consubstanciam em iniciativas evocativas de processos de criação e mediação cultural e artística. Evidencie-se ainda os pressupostos em termos de serem garantes da construção de projetos que potenciam a aproximação de novos públicos à cultura e que fomentem o consumo e produção cultural.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **21.000,00 euros** com a Associação Plataforma do Pandemónio – Colectivo de Criação Artística, pessoa coletiva n.º 516 137 700, com sede na Rua de Diu, n.º 55, 3.º Esquerdo, 4710-234 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.